

“A ESCRAVA” DE MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E ECOFEMINISTA

“THE SLAVE WOMAN” BY MARIA FIRMINA DOS REIS: A DECOLONIAL AND ECOFEMINIST PERSPECTIVE

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, a partir de uma perspectiva decolonial e ecofeminista. Firmina escreveu o primeiro romance de autoria feminina brasileiro, *Úrsula*, pioneiro na defesa do abolicionismo no país. “A escrava”, publicado originalmente em 1887 na *Revista Maranhense*, trata da mesma temática. O texto apresenta um diálogo entre uma senhora branca e pessoas convidadas, que, na sala de estar, debatem sobre o fim do sistema escravocrata. Essa senhora defende a urgência da medida, com argumentos morais e religiosos, considerando que o Brasil encontra-se atrasado em relação a outros países, onde povos negros já estavam livres. A personagem relata um episódio em que salvou uma mulher negra fugida de seu algoz e como contrariou o sistema para protegê-la, impondo-se, assim, numa sociedade patriarcal, capitalista e escravocrata. A ótica decolonial tem sustentação teórica em María Lugones (2014 [2010]) e Vandana Shiva (2002 [1989]), entre outras autoras. A perspectiva da ecocrítica conta com fundamentações em Izabel Brandão (2017, 2019), Karen Barad (2007) e Stacy Alaimo (2010 e 2017 [2007]), nas discussões sobre o espelhamento entre ações da personagem e elementos da natureza, metaforizando a integração profunda entre todos os seres, o que mantém ligação com a abordagem decolonial, uma vez que se contesta a centralidade de seres humanos, com sua suposta superioridade, em detrimento dos mais-que-humanos (Alaimo, 2010).

Palavras-chave: Ecofeminismo. Decolonialidade. Interseccionalidade. Literatura afrodescendente. Maria Firmina dos Reis.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the short story “A escrava” (“The slave woman”), by Maria Firmina dos Reis, from an ecofeminist and decolonial perspective. Reis published the first Brazilian novel written by a woman, *Ursula*, pioneer in the defense of abolitionism in the country. “The slave woman”, released originally in 1887 in *Revista Maranhense*, addresses the same theme. The text presents a dialogue between a white lady and her guests in a living room, who debate about the end of slavery. This lady states that such measure is urgent, due to moral and religious principles, and also because Brazil is behind other countries, where enslaved people were already free. She tells her guests of an episode when she saved a black woman who had escaped from her master. The lady challenged the system by protecting this woman, imposing herself in a patriarchal, capitalist, slavery-based society. The decolonial approach is

Raquel D Elboux Couto Nunes

Doutora em Estudos Literários. Professora na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Orcid: 0000-0002-5113-0070. E-mail: raquel.nunes@fale.ufal.br

supported by María Lugones's theory (2014 [2010]) and Vandana Shiva (2002 [1989]), among others. The ecofeminist perspective counts on considerations by Izabel Brandão (2017, 2019), Karen Barad (2007) and Stacy Alaimo (2010 and 2017 [2007]), in the literary passages where the black character's actions mirror natural elements, which is a metaphor for the deep connection among all beings. Such connection is also in agreement with decoloniality, as it questions the centrality of human beings, and their alleged superiority, to the detriment of the more-than-human (Alaimo, 2010).

Keywords: African-descent Literature. Ecofeminism. Decoloniality. Intersectionality. Maria Firmina dos Reis.

Este trabalho tem por objetivo analisar o conto "A escrava", de Maria Firmina dos Reis, a partir de uma análise decolonial e ecofeminista, com enfoque no questionamento da superioridade de certos seres sobre outros e na interligação profunda entre humanos e mais-que-humanos.¹

Maria Firmina dos Reis "surge nas letras maranhenses como a autora do primeiro romance de autoria feminina brasileiro, que é o primeiro a defender o abolicionismo no país, em *Úrsula*" (Lobo, 2011, p. 111), publicado em 1859. Segundo Eduardo de Assis Duarte (2009, p. 264), Reis atuou como folclorista, na escolha e preservação de textos da literatura oral, e também como compositora, sendo responsável, inclusive, por um hino em favor da extinção da escravatura.

Ignorada na crítica literária, Reis permaneceu no apagamento. Conforme aponta Duarte (2009), *Úrsula* veio a público somente em 1975, com Horácio de Almeida, tempo em que escritos de autoria afrodescendentes começavam a ganhar mais visibilidade. O teórico afirma que "uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. Silvio Romero e José Veríssimo a ignoram" (Duarte, 2009, p. 265). Rafael B. Zin (2018), estudioso da escritora, problematiza a chamada "literatura afrodescendente" a partir da coletânea de estudos organizada por Duarte (2011), além de analisar teses e dissertações sobre o assunto. O autor aponta que essa literatura, "chamada por vezes de 'negra', 'afro-brasileira' ou 'afrodescendente' vem passando por um momento frutífero de realizações e descobertas, ao mesmo tempo em que se situa no fogo cruzado que visa sua consolidação acadêmica, enquanto vertente específica" (Zin, 2018, p. 264).

"A escrava", publicado originalmente em 1887, trata de um diálogo entre uma senhora branca abastada e pessoas convidadas, que, na sala de estar, debatem sobre o abolicionismo. Zin (2018) afirma que a escritora se apropria

de seu discurso combativo e de sua postura antiescravagista, [...] com uma tonalidade militante fortemente impregnada por justiça social. Constam, no enredo, informações sobre preceitos legais que regiam a vida dos cativos; aspectos da economia brasileira; e

¹ O termo "mais-que-humano" é utilizado, conforme Stacy Alaimo (2010) no entendimento de que "não humano" implicaria uma dualidade entre seres humanos propriamente ditos e outras formas de vida.

discussões sobre a civilização e o progresso no país. Desse modo, articulando na trama uma acalorada discussão em que um dos convivas, enfaticamente, critica a lógica da escravidão por suas características anti-humanista e degradante, [...] a sujeição dos escravizados é apresentada como uma vergonha nacional, ou seja, uma questão moral que atenta a dignidade do Brasil frente às demais nações livres (Zin, 2016, p. 45).

No conto, a narradora defende a urgência da medida abolicionista, alegando que o Brasil encontrava-se atrasado em relação a outros países, onde povos negros já estavam livres, i.e., o sistema era o “opróbrio, a vergonha” (Reis, 2009 [1959]. p. 242). Seus argumentos também embasam-se na religião e no fato de que as negras/os deveriam ser consideradas humanas/os:

Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pascar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! (Reis, 2009 [1959]. p. 241).

Esse excerto demonstra a necessidade do abolicionismo e o impacto perturbador de se pensar as condições a que foram submetidos os povos africanos, o que se relaciona com a lógica colonial capitalista de dominação de certos povos sobre outros.

O colonialismo, justificado por essa dominação, e a subsequente colonialidade² produziram hierarquias que inferiorizaram grupos não hegemônicos, segundo os quais o parâmetro de ser humano era o homem branco ocidental. De acordo com Anibal Quijano (2005, p. 118), haveria certas características que faziam certos grupos serem superiores em relação a outros: “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo da dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo. Destarte, a desumanização de povos africanos justificava sua escravização.

María Lugones (2014 [2010]) pontua que a colonialidade estabeleceu a lógica dos “dois lados da modernidade” – o “lado iluminado” e o “lado obscuro”. O primeiro abrangia relações heterossexuais e pessoas brancas, estando no nível mais alto os

² O colonialismo, termo com dimensão histórica, está relacionado à dominação político-econômica de alguns povos sobre outros. O processo de colonialidade, como consequência do colonialismo, transcende as particularidades históricas e não desaparece com a independência dos povos colonizados ou sua descolonização (Quijano, 2005). Assim, a colonialidade gerou um sistema de dominação baseado na premissa de culturas hegemônicas que se espalhou no mundo ocidental, tendo início com o colonialismo.

homens brancos. O segundo contemplava relações fora do sistema binário e grupos não brancos, i.e., colonizados, como afrodescendentes e indígenas. A religião foi utilizada como meio de ratificar esse pensamento, pois os povos dominados, tidos como inferiores e selvagens, tinham crenças religiosas consideradas pagãs pela cultura hegemônica dominante e opressora.

A senhora, narradora em “A escrava”, subverte essa lógica ao utilizar a religião como meio de justificar a libertação de escravizadas/os: “a moral religiosa e a moral cívica aí se erguem” (Reis, 2009 [1959], p. 241).

Essa senhora narra um episódio em que abrigou uma negra que escapara de seu senhor, encontrando-se machucada, aflita e perdida. O conto abre com uma descrição bucólica do local, com sol forte, céu azul, árvores frondosas, brisa suave e a “beleza natural das alterosas palmeiras” (Reis, 2009 [1959], p. 243). É quase um paraíso. Porém, a intervenção humana causa dor e desequilíbrio. Essa imagem paradisíaca contrasta com a cena que vem depois: a personagem fugindo, ferida, perseguida.

O dia desse encontro “era uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem, melancólica, e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso” (Reis, 2009 [1959], p. 243). Dessa forma é descrito o ambiente pela narradora:

Eu cismava, embevecida na beleza natural das alterosas palmeiras que se curvaram gemebundas, ao sopro do vento, que gemia na costa. E o sol, dardejando seus raios multicores, pendia para o ocaso em rápida carreira [...]. De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em completo desalinho, passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu. Segui-a com a vista. Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande moita de murta, e colando-se no chão nela se ocultou (Reis, 2009 [1959], p. 243).

A partir da perspectiva ecofeminista, percebe-se um espelhamento entre a descrição da personagem e elementos da natureza – a “mulher correndo” e o sol “em rápida carreira”; as “palmeiras que se curvaram gemebundas” e a fuga com “gritos lastimosos”; o sopro do vento que “gemia na costa” e a negra “espavorida, e trêmula”, “melancólica”.

Observa-se que o mundo natural também sofre; o ambiente hostil contamina até a natureza. A possível solução seria o fim da escravização – defendido pela narradora, também pela própria Maria Firmina dos Reis, cuja vida foi pautada na luta pela educação de grupos marginalizados.³ A narradora compadece-se do ser escravizado, identificando nele um ser semelhante e digno: “Não sei que sensações desconhecidas me agitavam, não sei!... mas sentia-me com disposições para o pranto” (Reis, 2009 [1959], p. 243).

³ Maria Firmina dos Reis foi aprovada em concurso público e tornou-se a primeira professora efetiva a integrar, oficialmente, o quadro do magistério maranhense. Em 1881, ela se aposentou e fundou a primeira escola mista e gratuita do país, dedicando-se a filhos de lavradores e donos de terras da região (Zin, 2016).

O espelhamento da personagem com a natureza pode ser considerado uma metáfora para a interligação entre todos os seres. Segundo Stacy Alaimo (2010), o ser humano está sempre interligado com o mundo mais-que-humano. As imagens da negra e da natureza no conto de Reis, assim, conectam-se ao conceito de transcorporalidade, que se refere ao “tempo-espaço em que a corporalidade humana, em toda sua carnalidade material, é inseparável da ‘natureza’ ou do ‘ambiente’”:

[...] “trans” indica um movimento por meio de diferentes lugares, a transcorporalidade abre um “espaço” epistemológico que reconhece as muitas vezes imprevisíveis e indesejáveis ações dos corpos humanos, das criaturas não humanas, dos sistemas ecológicos, dos agentes químicos e de outros atores. A ênfase nas interconexões materiais da corporalidade humana com o mundo mais-que-humano e o concomitante reconhecimento de que a agência material precisa de epistemologias mais abrangentes nos permitem forjar posições éticas e políticas que possam contestar inúmeras realidades do final do século XX e início do século XXI, em que “humano” e “ambiental” não podem, absolutamente, ser pensados como coisas separadas (Alaimo, 2017 [2007], p. 910-911).

De acordo com esse pensamento, a natureza, em “A escrava”, integra-se com as ações da negra, que se furta à captura pelo algoz, o que sinaliza essas “interconexões materiais da corporalidade humana com o mundo mais-que-humano” nas imagens literárias.

Paralisada pelo medo de ser detida e castigada, a mulher esconde-se “em torno de uma grande moita de murta, e colando-se no chão nela se ocultou” (Reis, 2009 [1959], p. 243). Essa paralisia pode ser observada no vento: “O sol de todo sumia-se na orla cinzenta do horizonte, o vento paralisado não agitava as franças dos anosos arvoredos, só o mar gemia ao longe da costa, semelhando o arquejar monótono de um agonizante” (Reis, 2009 [1959], p. 246). O gemido do mar ecoa os gemidos da mulher, que estava também agonizante, prestes a falecer na casa de sua protetora. Nessa perspectiva, a natureza não é vista simplesmente como metáfora – é personagem ativa na narrativa. O corpo negro, paralisado pela dor e pelo cansaço, sem forças, gemia como o mar “ao longe da costa”.

A casa em que a senhora acolhe a mulher fugida pode ser entendido como um lugar heterotópico, na esteira de Michel Foucault (2013 [1966], p. 20-21). Por seu caráter subversivo e único, pode ser considerado um “contra-espaço”, “fora de todos os lugares”, um dos chamados “espaços absolutamente outros”, que não permanecem constantes, e que reúnem incompatibilidades. Conforme Izabel Brandão (2015, p. 134), “a constituição dos espaços/lugares não é algo de natureza puramente geográfica, uma vez que nela sempre haverá a interferência do simbólico”. A senhora protetora no conto proporciona tal espaço, contestando a soberania do homem branco e negando sua autoridade. Esse espaço, então, configura-se como algo novo, esse “fora de todos os lugares”, no qual a negra é reconhecida como ser humano e sua volição é respeitada. Trata-se, portanto,

de um espaço “absolutamente outro”, um “contra-espaço”, que desafia os padrões estabelecidos pela lógica vigente. Tal espaço reúne incompatibilidades – a moribunda, a senhora branca abastada, o filho da escravizada e, posteriormente, o capitão do mato que vem cobrar o retorno de Gabriel.

Nesse espaço, Joana – nome que se conhece no final – vive seus últimos momentos sob a proteção da narradora, antes de encantar-se: “Aqui ela interrompeu-se; agitou-lhe os membros um tremor convulso. A morte fazia os seus progressos” (Reis, 2009 [1959], p. 255). O mar, como o corpo da moribunda, gemia num “arquejar monótono de um agonizante” (Reis, 2009 [1959], p. 246). A mulher, também agonizante, “espavorida e trêmula” (Reis, 2009 [1959], p. 243), relaciona-se com a imagem do sofrimento da natureza.

Segundo os conceitos de transcorporalidade e de intra-ação, a natureza não é pano de fundo, tampouco mero tropo literário, mas parte integrante da narrativa, na condição de personagem dotada de agência. O sol, “dardejando seus raios” (Reis, 2009 [1959], p. 243), queimava, remetendo ao sofrimento e à tortura da negra, o que demonstra uma profunda interconexão entre os seres.

A noção de intra-ação, proposta por Karen Barad (2009), dialoga com essa interconexão, uma vez que se refere a uma responsividade constante entre agentes, cuja agência não é individual, mas emaranha-se com outras, do “aqui e do lá, do presente e do passado” (Barad, 2007, p. 393-394, tradução minha).

O conto “A escrava”, no tempo presente da narrativa, também remete ao passado – um passado com longo histórico de escravização dos povos africanos. Ao buscar a liberdade, a personagem luta contra o sistema que a oprime. A senhora, ao compadecer-se dela, é solidária com essa luta e consegue ver a mulher escravizada como um ser semelhante, questionando a hierarquia imposta pela colonialidade de raça, i.e., os “traços fenotípicos” (Quijano, 2005, p. 118), que relegavam certas raças a uma condição inferior. Ao solidarizar-se com a negra, a narradora subverte a lógica dos senhores, que ainda buscavam manter pessoas como propriedades.

A protetora, assim, pode ser percebida como uma personagem decolonial. Ela direciona o algoz para o caminho incorreto:

Vi-a, tornei-lhe com a naturalidade, que o caso exigia; – vi-a, e ela também me viu, corria em direção a este lugar; mas parecendo intimidar-se com minha presença, tomou direção oposta, volvendo-se repentinamente sobre seus passos. Por fim a vi desaparecer, internando-se na espessura, muito além da senda que ali se abre. E dizendo isto, indiquei-lhe com um aceno a senda que ficava a mais de cem passos de distância, aquém do morro em que me achava. Minhas palavras inexatas, o ardil de que me servi, visavam a fazê-lo retroceder: logrei o meu intento (Reis, 2009 [1959], p. 245).

Percebe-se como ela se gaba de ter ludibriado o homem. O direcionamento para o caminho errado também pode ser analisado de forma não literal, i.e., os “caminhos”

do capitão do mato estariam equivocados. Ele é um representante do opressor, que, inclusive, embora não mencionado no texto, talvez seja negro, uma vez que se sabe do colaboracionismo do oprimido em favor do opressor. O conceito de interseccionalidade é fundamental para compreender as diferentes feições identitárias e seu impacto nas relações.

Kimberlé Crenshaw (2002) apresenta a noção de avenida como analogia para a interseccionalidade.⁴ Avenidas se cruzam em diversos sentidos – norte, sul, leste e oeste, como os eixos interseccionais da discriminação. Avenidas não são estanques. Elas se movem e se reconfiguram. Segundo a autora, a interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

De acordo com essa perspectiva, o poder é uma questão de posição – no conto de Reis, o capitão do mato exerce o poder perante as pessoas escravizadas; a senhora abastada exerce o poder perante a sociedade dominante ao esconder a mulher e ao enfrentar o senhor do engenho, enviando-lhe uma carta que exige a liberdade do filho da negra fugida.

Ela sente-se aliviada por tal feito: “Exalei um suspiro de alívio [...]. Ergui ao céu um voto de gratidão [...]” (Reis, 2009 [1959], p. 246). Ao interceder pela escravizada, ela contraria as normas tácitas da lógica escravocrata. Ela usufrui de sua posição social, ao proteger Joana e reivindica para ambas a condição de igualdade na categoria de seres humanos. Abriga também Gabriel, que sai em busca da mãe: “um homem rompendo a espessura, apareceu ofegante, trêmulo e desvairado” (Reis, 2009 [1959], p. 246):

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante. No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor, e generosidade (Reis, 2009 [1959], p. 247).

Dessa forma, a narradora vê no rapaz um ser humano semelhante, reconhecendo uma feição “franca e agradável” em sua fisionomia, e refletindo que em seu coração certamente haveria “rasgos de amor e generosidade”. Dessa maneira, ela mais uma vez decoloniza a hierarquia que inferioriza os “traços fenotípicos” da pele negra. O

⁴ A feição interseccional havia sido discutida, embora ainda não se denominasse como “interseccionalidade”, no famoso discurso de Sojourner Truth – “Não sou uma mulher?” –, proferido em 1851, disponível em português em:

<<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso: 7 maio. 2026.

relato do jovem apela para sua compaixão e, de certa forma, desumaniza o capitão do mato, ao referir-se a ele como “fera” e “tigre”:

Ah! Minha senhora, – exclamou erguendo os olhos ao céu, – eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido [...].

— Aquele homem é um tigre, minha senhora, é uma fera. Ouvia-o, sem o interromper, tanto interesse me inspirava o mísero escravo.

— Amanhã, – continuou ele, – hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi esta a direção que tomaram. Mas, onde está ela, onde estará ele? (Reis, 2009 [1959], p. 248).

Ao abrigar a mulher escravizada e ao apresentar a carta de liberdade, a senhora faz de seu espaço uma espécie de oásis, um santuário, em face do ambiente hostil que se apresentava a Joana e a Gabriel, o que causa surpresa por parte dessas pessoas beneficiadas: “– Inda há neste mundo quem se compadeça de um escravo? – Há muita alma compassiva, retorqui-lhe, que se condói do sofrimento de seu irmão” (Reis, 2009 [1959], p. 252). Assim, a narradora equipara-se a seus protegidos, desafiando o sistema causador desse ambiente hostil.

Vale ressaltar que essa hostilidade é ocasionada pela ação humana – as perseguições, a escravização e os castigos físicos a quem escravizadas/os eram submetidas/os. A natureza, ao contrário, tem a função de proteção para Joana. Ao fugir, ela busca a mata, escondendo-se numa “grande moita de murta, e colando-se no chão nela se ocultou” (Reis, 2009 [1959], p. 243). A floresta aparece como lócus de possível acolhimento para a negra. Enquanto os homens brancos caçam, as árvores dão sombra e o chão serve como leito. A lógica é invertida – o espaço tido como civilizado é hostil; o espaço tido como selvagem é acolhedor. A mata é o primeiro lugar onde a personagem tenta ser livre.

Quando a natureza e as ações de Joana são relacionadas, os elementos naturais “sofrem” com ela. Vandana Shiva (2002 [1989]) desenvolve o conceito de mau desenvolvimento, que se refere à violação da harmonia entre humanos e natureza, tendo como sintomas a crise ecológica e a violência contra mulheres. A autora afirma que o chamado desenvolvimento é, na verdade, um mau desenvolvimento, em forma de pensamento e de ação, que viola a integridade da natureza e das mulheres.

Destarte, o texto mostra que o mal não vem da terra, mas da humanidade. A natureza é harmônica e livre. A sociedade é hostil. O ambiente natural vira testemunha silenciosa da barbárie causada pela ganância do sistema capitalista, patriarcal e escravocrata. Esse sistema esgota o corpo da negra, o que remete à exploração da natureza, uma vez que coloca homens acima das mulheres e acima dos recursos naturais. Dessa forma, as mulheres e a natureza são vistas como o “outro”, passivo, o

não eu, o que justificaria sua subjugação e sujeição aos desejos e controles dos homens, especialmente dos homens brancos. Isso tem ligação com a hierarquia discutida por Lugones (2014 [2010]) e a categorias identitárias interseccionais. A natureza, apropriada pelos humanos a servir o capitalismo, pode ser associada à “ferida colonial”, segundo Nunes (2023), em leituras de Gloria Anzaldúa, Walter Mignolo e Grada Kilomba.

Logicamente no conto de Reis o personagem Gabriel é explorado também, por ser escravizado, mas Joana tem o agravante da colonialidade do gênero. Além disso, filhos costumavam ser arrancados das mães: “Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos ... eram gêmeos... Carlos... Urbano...” (Reis, 2009 [1959], p. 253). Filhos arrancados conectam-se com sementes arrancadas da terra, com frutos roubados, com a devastação, i.e., com a natureza violada.

A narradora em Maya Angelou (1969, p. 218, tradução minha) compara o processo de escravização com algo que fora subtraído ilegalmente de seu povo, i.e., como num “assalto”: “éramos as vítimas do maior assalto do mundo”. A narradora de “A escrava” considera os senhores de engenho como traficantes “de carne humana” (Reis, 2009 [1959], p. 256). Ao subtrair os filhos das mães, os senhores sequestram as sementes – os filhos devem gerar lucro em outra fazenda, longe da mãe-terra, longe de sua genitora.⁵ Há interrupção no ciclo.

Em “A escrava”, embora tardiamente, Gabriel é levado ao leito de morte da mãe, novamente por intervenção da benfeitora. Antes de falecer, Joana agradece o ato e reconhece-se como ser humano, desafiando a lógica colonial, capitalista e escravocrata, que tantas crueldades tinha infringido a ela e a sua família: “Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é para mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim; [...] já começo a ver seus anjos” (Reis, 2009 [1959], p. 253). A visão do filho é comparada à de um anjo, interpretação corroborada por seu nome – Gabriel.

Mais adiante, quando o algoz encontra o cadáver de Joana, quer levar Gabriel, mas a narradora intercede por ele: “A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo contra seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos: Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não a aprovação do seu senhor” (Reis, 2009 [1959], p. 261-262). A senhora, assim, é uma personagem decolonial, uma vez que enfrenta a cultura já naturalizada da inferiorização de povos negros, além de impor-se a um homem, deixando-o furioso: “O senhor Tavares cumprimentou e retrocedeu no seu fogueiro alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre” (Reis, 2009 [1959], p. 262). Percebe-se a postura firme na fala da narradora, que exige a liberdade do negro, apesar do apelo do capitão do mato:

Sei que esta negra está morta, exclamou ele, e o filho acha-se aqui: tudo isto teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre

⁵ Carolyn Merchant (2025 [1980]) problematiza a identificação da natureza como uma mãe nutridora que, após a Revolução Científica, passou gradualmente a ser vista na ótica de seu aspecto selvagem.

foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, com este negro a coisa muda de figura: minha querida senhora, este negro está fugido: espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo (Reis, 2009 [1959]. p. 260-261)..

Segundo a colonialidade de gênero, já discutida aqui, a narradora, mesmo sendo abastada, era considerada inferior em relação aos homens. No entanto, ela exerce o poder, por meio de suas condições financeiras, para interceder em favor de Gabriel. Percebe-se novamente a importância de se levar em conta os eixos interseccionais. Por ser abastada, a senhora foi ouvida. Há também uma crítica à falta de voz e de poder de grupos subalternizados.

Ter voz remete à “energia da força vital que está presente no sopro que deu vida” [...] através da palavra proferida” (Fonseca, 2016, p. 13). A falta de voz é tratada por Gayatri Spivak (2010 [1988]), que argumenta que sujeitos subalternizados não possuem meios autônomos de representação. Em “A escrava”, Joana adquire voz por meio da narradora, mulher branca, que, curiosamente, não é nomeada. Atribuo isso ao fato de que ela já era vista na sociedade, por pertencer a um grupo que detinha poder econômico, não havendo, portanto, necessidade de destacar seu nome na narrativa. Somente ao final do conto, a senhora diz ao capitão do mato que seu nome está escrito no cartão a ser levado ao senhor, mas o público leitor não conhece tal nome. A negra, diferentemente, ao ser nomeada por ocasião de sua liberdade, adquire um status de ser humano, mesmo vindo a óbito. Gabriel, por intervenção da narradora, torna-se livre: “Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!” (Reis, 2009 [1959]. p. 262).

Assim, há subversão por parte das duas personagens, i.e., ambas têm posturas decoloniais. A senhora impõe-se contra o sistema e enfrenta os homens que o sustentam, apesar da lei:

Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: – recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes. Sim, a vindita da lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco. Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, ou tranquilidade! Não. Tomei com coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever (Reis, 2009 [1959]. p. 250-251).

Ela conhece a gravidade de ir contra o sistema. Não obstante, escolhe agir em favor da negra, subvertendo a estrutura que lhe negaria esse direito. Ao final, consegue

fazê-lo, com base em novos preceitos legais. Na cena final, ela ignora o capitão do mato, que pergunta seu nome:

É hoje a segunda vez que a encontro minha senhora, entretanto, não sei ainda a quem falo. Peço-lhe que me diga o seu nome, para que eu conheça o patrão, o senhor Tavares. É escandalosa, minha senhora, a proteção que dá a estes escravos fugidos. Estas palavras inconvenientes mereceram o meu desdém; não lhe retorqui [...]. Vai-te, diz a teu amo, miserável instrumento de um escravocrata, diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa uma miséria escrava [...], entrega-lhe este cartão: aí achará o meu nome (Reis, 2009 [1959]. p. 259).

Ao dar voz às duas mulheres, o conto decoloniza o gênero. Claudia de Lima Costa (2010) discute o gênero como imposição colonial, citando, entre outros textos, *The invention of women: making African sense of western discourse* de Oyeronke Oyewumi, de 1997. O projeto colonial capitalista de dominação hierarquizou grupos, colocando os impérios como culturas superiores às dos povos colonizados. Essa hierarquização tem repercussões até os dias de hoje, quando se presume a superioridade, por exemplo, da cultura europeia em detrimento de culturas de matriz africana. Para que se viabilizem novas configurações e que se desfaçam as hierarquias impostas, é preciso entender que categorias como raça e gênero são ficções poderosas e interdependentes (Costa, 2010). Falar em ficções significa reconhecer que essas noções de superioridade são construtos que foram naturalizados, i.e., disseminados e impostos como dados naturais, i.e., é ter uma postura decolonial.

De acordo com esse pensamento, ambas personagens – a senhora e Joana – podem ser consideradas decoloniais. A primeira desafia a sociedade ao abrigar a escravizada e dar liberdade a Gabriel, além de enfrentar o capitão do mato e seu senhor; a segunda tenta escapar de seus alcoses. Inconformada com sua condição de escravizada, foge do cativeiro, reiteradamente: “Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é douda — Doida” (Reis, 2009 [1959]. p. 245). A loucura é muitas vezes associada à subversão das mulheres.⁶ Além disso, Joana se vinga, de certa forma, de seus alcoses: “[...] antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos” (Reis, 2009 [1959]. p. 245).

Françoise Vergès (2020 [2019]) ressalta a importância de histórias esquecidas de lutas de pessoas escravizadas, autóctones na colonização, não brancas etc. Consequentemente, a postura decolonial é importante para o próprio feminismo, uma vez que implica “a libertação epistêmica da visão reducionista e unilateral [...]” (Deplagne, 2019, p. 22). As duas personagens do conto de Reis rejeitam o sistema que sustenta tal visão.

⁶ A loucura atribuída às mulheres é bastante explorada na teoria e na crítica feminista. Os romances *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë e *Vasto mar de sargassos*, de Jean Rhys e o conto “O papel de parede amarelo”, de Charlotte P. Gilman, por exemplo, abordam essa temática. Uma obra de referência teórica é *The madwoman in the attic*, de Sandra Gilbert e Susan Gubar (1979).

Essa percepção privilegiou, e ainda privilegia, grupos dominantes que detêm o poder. O pensamento decolonial se opõe a essas hierarquias, propondo reflexões sobre como a sociedade foi – e é – construída a partir de premissas naturalizadas, como a superioridade masculina e inferiorização de certas raças e culturas. Estende-se também o pensamento sobre natureza, tida como inferior e passível de exploração.

“A escrava” denuncia a imensa crueldade de uma sociedade escravocrata, mas decoloniza essa inferiorização, ao posicionar Joana e Gabriel no status de seres humanos, o que simboliza a igualdade ideal entre todos os seres, independente de raça, gênero, classe social e de todos os eixos identitários. A presença marcante da natureza em relação a Joana sinaliza para a necessidade de equiparar os seres mais-que-humanos com os humanos, chamando a atenção para a gravidade da devastação de recursos naturais no planeta.

Essa consciência da profunda conexão de humanos com o mundo mais-que-humano aponta para a urgência de se restabelecer a ligação com a natureza, uma vez que assuntos ecológicos estão na ordem do dia. Segundo Izabel Brandão e Laurenny Lourenço (2019), é extremamente importante que a academia – neste caso, a crítica literária – se envolva com essas questões. A crítica literária, “campo no qual atuamos, fica no contexto do mais ‘abstrato’ e, por isso, menos visível para quem tem uma visão míope” (Brandão; Lourenço, 2019, p. 11). Há, portanto, necessidade de uma sintonia maior com a ecologia, que deve ser “solidificada e não escamoteada e distanciada” (Brandão; Lourenço, 2019, p. 11), uma vez que as discussões de cunho ecológico preocupam a todas/os.

Em “A escrava”, a natureza não é cenário; é personagem que sofre com Joana. O corpo da mulher negra vincula-se ao corpo da terra, denunciando que, no sistema escravocrata, e no sistema colonial e capitalista, ambos corpos, em sua materialidade, eram vistos como territórios a serem conquistados e domados.

A literatura, dessa forma, provoca questionamentos relevantes para a academia e para a sociedade em geral. Evidenciar a escrita de Maria Firmina dos Reis e outras/os autoras/es excluídos do cânone tradicional é também dar abertura a textos tradicionalmente excluídos do cânone e fomentar discussões sobre a crítica da cultura.

Referências

ALAIMO, Stacy. *Bodily natures: science, environment, and the material self*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. Tradução de Susana Funck. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, 2017 [2007]. p. 909-934.

ANGELOU, Maya. *I know why the caged bird sings*. New York: Random House, 1969.

BRANDÃO, Izabel. Lugares heterotópicos e a constituição de corpos fronteiriços e identidades transitórias na narrativa de autoras contemporâneas. In: DALCASTAGNÉ, Regina; LEAL, Virginia (Orgs.). *Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Zouk, 2015. p. 133-152.

BRANDÃO, Izabel; LOURENÇO, Laurenny. *Literatura e Ecologia*. Maceió: Edufal, 2019.

COSTA, Claudia de L. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 39, 2010. p. 45-59.

CRENSHAW, , Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, 2002. p. 171-188.

DEPLAGNE, Luciana. Primaveras medievais: sobre resistência e transgressão nas cantigas de trovadoras. In: GOMES, Carlos; RAMALHO, Christina; CARDOSO, Ana (Orgs.) *Escritas de resistência: intersecções feministas da literatura*. Aracaju: Criação, v. 2, 2019. p. 19-34.

DUARTE, Eduardo de A. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afrobrasileira. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Belo Horizonte: Mulheres; Puc Minas, 2009. p. 263-279.

DUARTE, Eduardo de A. Entre Orfeu e Exu, a afrodescendência toma a palavra. In: DUARTE, Eduardo de A; FONSECA, Maria N.S (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, v. 1, 2011. p. 13-45.

FONSECA, Maria Nazareth. Literatura e oralidade africanas: mediações. *Revista do Setor de Letras Africanas de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2016. p.12-34.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013 [1966].

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de A; FONSECA, Maria N.S. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, v. 1, 2011. p. 111-126.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014 [2010]. p. 935-952.

MERCHANT, Carolyn. *A morte da natureza: mulheres, ecologia e a revolução científica*. Tradução de Allan de C. Silva et al. São Paulo: Expressão Popular e Igra Kniga, 2025 [1980].

NUNES, Raquel. Chimamanda N. Adichie e Conceição Evaristo: ferida colonial, ecofeminismo e suas intersecções em *Hibisco roxo* e *Becos da memória*. 2023. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023, 224f.

REIS, Maria Firmina. A escrava. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Belo Horizonte: Mulheres; Puc Minas, 2009 [1959]. p. 241-262.

SHIVA, Vandana. *Staying alive: women, ecology and development*. London: Zed Books, 2002 [1989].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010 [1988].

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille P. Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020 [2019].

ZIN, Rafael. Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016, 100f.

ZIN, Rafael. Literatura e afrodescendência no Brasil: condições e possibilidades de emergência de um novo campo de estudos. *Caderno Seminal Digital*. Rio de Janeiro, n. 29, 2018. p. 260-289.

Recebido em: 10/05/2026

Aceito em: 13/07/2026